

Compromisso de cidadania

O mês de janeiro, empurrado por uma inflação que em dezembro último registrou 38,32 por cento e um acúmulo anual fantástico de dois mil 567 por cento, vivencia reajustes de preços do comércio, nos quais se misturam variáveis de esperteza e de pura especulação, além de impulsos de histeria, numa reação de pânico diante das incertezas de mercado.

De concreto mesmo, as relações de troca somente tiveram diante de si a compulsoriedade do IPMF e o reescalonamento das tabelas do Imposto de Renda, numa drenagem fiscal onde o contribuinte se vê cercado de muitas cobranças sob revisão altista, sem a respectiva contrapartida dos poderes públicos no sentido de equilibrar a orçamentação da União, dos estados e dos municípios. De prático mesmo, apenas um projeto de estabilização sujeito às incertezas de uma avaliação legislativa pouco confiável.

Uma breve digressão sobre o mercado de alimentos identifica pressões altistas decorrentes de reajustes lineares com reflexos imprevisíveis no consumo. Ampliam-se, conseqüentemente, as agressões da fome e da miséria. Arroz, feijão e óleo de soja, integrantes cativos da cesta básica, são negociados sob indisfarçáveis tendências de aumento, com a leguminosa encarecendo 22,2 por cento nos primeiros dias de 1994.

A definição relativa a questões fundamentais, a exemplo da privatização de empresas públicas; das reformas da Previdência, do sistema tributário e da administração; da independência do Banco Central e da revisão dos padrões monetários, entre outras providências, ainda

está na depedência de decisões políticas, enquanto o crescimento da inflação persiste.

A retomada do desenvolvimento tem definida na linha de horizonte da economia nacional o ponto de tangência para a grande arrancada nos rumos da prosperidade. As reações de mercado não justificam a tomada de posição delirante em relação aos preços, notadamente nas lojas de varejo. Diante das desculpas do setor, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, irritou-se com um dirigente da Associação Brasileira de Eletroeletrônicos em sua tentativa canhestra de explicar os aumentos abusivos dos preços. Recusou, o ministro, o formal de culpas no qual a indústria e o comércio trocam acusações, transferindo responsabilidades, sem assumir uma postura de conciliação no interesse maior do País.

Fernando Henrique Cardoso considera equivocada a reação daqueles que, temendo a entrada em vigor da Unidade Real de Valor (URV), empreendem ações de surpresa e, desarrazoadamente, partem para remarcações sem causa eficiente para justificá-las. No particular o ministro admite como provável a ampliação de uma fronteira de dificuldades, capaz de comprometer o êxito da política de estabilização a ser votada pelo Poder Legislativo.

Existe, como se vê, um caminho crítico a percorrer numa jornada em que a compreensão de todos e a solidariedade generalizada devem prevalecer com vistas à formação de uma frente única, base consistente para o Brasil reencontrar-se. Em suma, trata-se de uma tarefa não só do Governo, mas de toda a cidadania.